

Editorial

ENXUGANDO
GELO

Todos os dias ocorrem tiroteios no país entre cidadãos que tentam resolver suas divergências pessoais por meio da violência. Outra parte dos tiroteios é protagonizada por policiais no enfrentamento de supostos bandidos.

No início desta semana, cinco jovens foram baleados em dois eventos de funk na cidade. Outra jovem foi baleada numa competição de som automotivo em Santa Luzia. Os responsáveis pelos tiros não foram apreendidos.

Sem medo de errar, pode-se afirmar que os agressores portavam, ilegalmente, armas também ilegais. Criminosos não têm esse tipo de preocupações, burlando propositadamente a legislação existente a respeito.

Em setembro último, foi encontrada nas mãos de bandidos, em Ribeirão das Neves, uma pistola que tinha sido apreendida, em 2010, em Betim. Da primeira vez, a arma tinha sido entregue à custódia da Polícia Civil.

Pelo regulamento, toda arma apreendida deve ser submetida em seguida à perícia. Outras duas armas, apreendidas na mesma ocasião, até agora não tinham sido entregues à perícia, apurou a reportagem de **O TEMPO**.

Segundo um policial, desvios “ocorrem direto”. Por isso, suspeita-se de que haja um esquema de extravio de armas dos arsenais. No último dia 17 de outubro, seis armas foram extraviadas de um batalhão da PM em Vespasiano.

Os controles existentes são frágeis. O número de armas apreendidas não bate com o de armas recolhidas à Justiça. Desde o início do ano, mais de 3.500 armas foram apreendidas na região metropolitana de Belo Horizonte

O único meio que pode impedir que retornem à circulação é sua destruição imediata, se for impossível localizar seu proprietário. Se o Estado fosse menos burocrático, as campanhas de desarmamento seriam mais eficazes.

Do jeito que está, estamos sempre “enxugando gelo”. Na sua indecisão, o Estado não elimina as fontes da criminalidade. Por isso, o número de 50 mil vítimas de homicídios anuais no país não é, de forma alguma, gratuito.

SEMPRE EDITORA LTDA

FUNDADOR Vittorio Medioli
PRESIDENTE Laura Medioli
VICE-PRESIDENTE Luiz Alberto de Castro Tito
DIRETOR EXECUTIVO Heron Guimarães
DIRETOR FINANCEIRO Marcos de Oliveira e Souza

GERENTE COMERCIAL
Fabiano Guerra

GERENTE DE TECNOLOGIA
Fábio A. Santos

GERENTE INDUSTRIAL
Guilherme Reis

GERENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
Walmir Prado

GERENTE DE MARKETING
Alessandra Soares

GERENTE DE CIRCULAÇÃO
Isabel Santos

GERENTE DE ASSINATURAS
Maria Beatriz Braga Rocha

EDITORA EXECUTIVA
Lúcia Castro

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO
Michele Borges da Costa

ADJUNTO DA SECRETARIA DE REDAÇÃO
Murilo Rocha

CHEFE DE REPORTAGEM
Renata Nunes

EDITORES

Opinião: Victor de Almeida

Economia: Karlon Aredes

Política: Carla Kreeft

Magazine: Silvana Mascagna

Brasil/Mundo/Interessa: Carla Chein

Esportes: Denner Taylor

Cidades: Marina Schettini

Primeira: Frederico Duboc

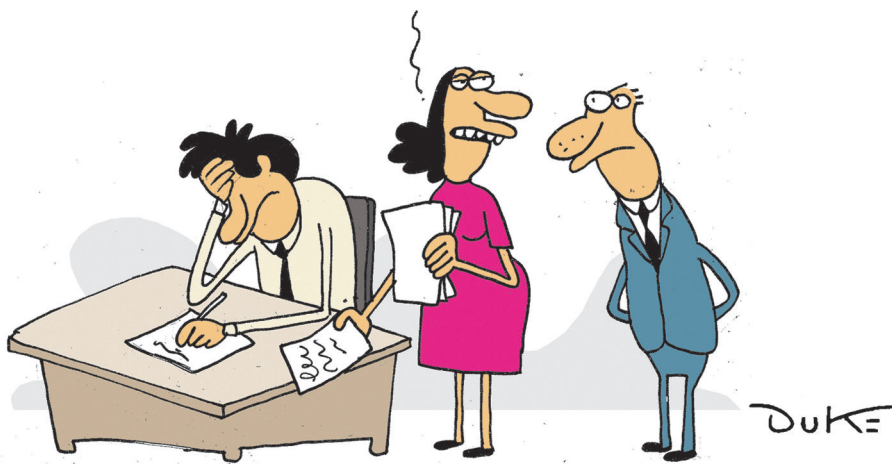
Fotografia: Rejane Araújo

O.PINIÃO

LANÇADA BIOGRAFIA DE ALLAN KARDEC

Duke

NA VERDADE, É UMA
PSICOGRAFIA NÃO
AUTORIZADA!



www.dukechargista.com.br



FÁTIMA OLIVEIRA

Médica

fatimaoliveira@ig.com.br

Um olhar sobre o Manifesto
dos Mineiros 70 anos depois

Evidente a coragem dos signatários, todos da elite mineira

Minas Gerais celebra com múltiplas homenagens os 70 anos do Manifesto dos Mineiros, intitulado “Ao povo mineiro”, lançado em 24 de outubro de 1943, tendo como signatários iniciais 76 nomes, que depois passaram para 92. O documento tem seu lugar na história pelo reconhecimento de que foi, efetivamente, o segundo passo, visível e ostensivo, contra a ditadura do Estado Novo e pela redemocratização do país. O primeiro passo foi a passeata da UNE, em julho de 1942, com expressiva participação popular, exigindo a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, com vistas a forçar o governo a aderir aos Aliados, pois, como é de domínio público, Vargas flertava com o Eixo, tanto que os principais nomes do seu governo eram ostensivamente alinhados com ele!

Eram tempos tenebrosos, de vozes silenciadas e Congresso Nacional fechado. Basta rememorar a história do Brasil sob a vigência da ditadura Vargas (1937-1945), guiada pela Lei de Segurança Nacional, aplicada ferreamente pela polícia política de Filinto Müller (1900-1973). São razões suficientes para evidenciar a coragem dos signatários, todos da elite mineira e de ideais liberais – intelectuais, advogados, médicos, comerciantes, fazendeiros, industriais –, grande parte oriunda da Aliança Liberal, surgida no bojo da Revolução de 1930, como bem diz Fernando Luis Battistini Silveira, em “Estado da Arte: Manifesto dos Mineiros”: “A Revolução de 1930 traz consigo o surgimento da Aliança Liberal, formada por políticos ansiosos quanto à instalação de uma nova forma de gover-

no, em detrimento das políticas da chamada República Velha. Apesar de vitoriosa no golpe de 30, Vargas não segue os interesses liberais de parte da sua base política. A implantação do Estado Novo veio para deixar claro o rompimento entre Getúlio e sua base liberal.

Considerados traídos com o surgimento do governo autoritário, esses políticos nada puderam fazer para questionar o poder de Vargas. Contando com o apoio do Exército, que em sua trajetória assume um papel preponderante no cenário nacional, através de censuras e

O documento tem seu lugar na história pelo reconhecimento de que foi o segundo passo contra a ditadura do Estado Novo e pela democratização do país

propagandas que garantiam somente a publicação de materiais de interesse do ditador, os antigos membros da Aliança Liberal pouco podiam expressar sua opinião”.

Otávio Soares Dulci, citado por Fernando Luis Battistini Silveira, em artigo de abril de 2006 para a revista “Nossa História”, “considera também o texto da ‘carta aos mineiros’ bastante moderado, concordando com os outros autores de que o reconhecimento do documento se deve justamente nas atitudes repreensivas adotadas pelo governo”; além do que, “entende o Manifesto dos Mineiros como uma disputa de ideologias para a futura democracia brasileira do pós-

guerra. Ao contrário da democracia trabalhista que Vargas almejava realizar, os signatários pensavam em uma democratização liberal (entendida principalmente pelo rompimento com as medidas trabalhistas adotadas por Getúlio), onde o Estado não daria vantagens a nenhuma das classes”.

Não há dúvida quanto ao caráter laudatório da democracia constante no Manifesto dos Mineiros, mas há que se destacar a sua acentuada marca regional, embora tenha circulado no Rio de Janeiro, em São Paulo, na Bahia e em Pernambuco, bem como o seu inegável caráter de classe e de disputa ideológica: pois a maioria dos assinantes se filiou à União Democrática Nacional (UDN), criada em 7 de abril de 1945, em oposição frontal a Vargas.

Enfim, pés no chão para não distorcer a história: nem tanto ao mar e nem tanto à terra!

